

Matias Augé

# Ano Litúrgico

É o próprio Cristo  
presente na sua Igreja



O Ano Litúrgico, entre os muitos interesses que cultivei no campo da liturgia, é o aspecto que nutri por mais tempo e no qual me empenhei com maior paixão. Eis por que posso afirmar que estas páginas são fruto de anos de estudo e de magistério. Já publiquei diversas monografias, estudos e artigos sobre o Ano Litúrgico ou sobre seus aspectos particulares. E o material é retomado aqui, revisto e, quando preciso, atualizado e completado na tentativa de oferecer uma apresentação do argumento que seja, na medida do possível, unitária e completa.

Não me é desconhecido o fato de existir ao redor, sobre o Ano Litúrgico, uma produção literária bastante abundante. Em todo caso, creio que este volume tenha originalidade. Com efeito, na discussão do tema procura-se privilegiar o Ano Litúrgico em sua dimensão teológica, bem como espiritual. Como se deduz pelo índice do livro, não se esquece nem da história nem da celebração. Contudo, busca-se de forma mais profunda colocar em evidência os aspectos teológicos e de vida espiritual.

“Nos ritmos e nos acontecimentos do tempo, recordamos e vivemos os mistérios da salvação”; este anúncio, feito no dia da Epifania, dá-nos de forma simples e imediata o sentido e o valor do Ano Litúrgico: “recordar” e “viver”. Como diz Pio XII na sua Encíclica *Mediator Dei*, “o Ano Litúrgico é o próprio Cristo presente em sua Igreja”. Procuraremos, portanto, colocar em evidência, de modo particular, a dimensão cristológica e eclesial do Ano Litúrgico.

O Ano Litúrgico apresenta-se organizado como celebração anual do mistério/mistérios de Cristo e das memórias de Nossa Senhora e dos Santos/as, que são realização concreta deste mistério. Assim fala a SC, no número 102: “A santa mãe Igreja considera seu dever celebrar, em determinados dias do ano,

a memória sagrada da obra de salvação do seu divino Esposo”.<sup>1</sup> Portanto, o tempo salvífico do Ano Litúrgico tem uma referência essencial à Igreja, existe *para* a Igreja. O mistério de Cristo celebrado deve se tornar “fonte de vida para a Igreja”.

---

<sup>1</sup> Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia 102. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19631204\\_sacrosanctum-concilium\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html)>. Acesso em: 11.05.11.

O esquema destas páginas sobre o Ano Litúrgico tem uma lógica metodológica, que será ilustrada brevemente. Em primeiro lugar, apresentamos alguns critérios de método para compreender qual é o modo com o qual desejamos afrontar a matéria. Em segundo lugar, ocupamo-nos da temática do tempo litúrgico. Não há dúvida de que, caso se deva falar do Ano Litúrgico, ele não pode ser compreendido sem referência à categoria tempo. Após algumas premissas de ordem antropológica, tratamos do tempo na Bíblia, entendida como história da salvação, e do tempo no horizonte da celebração litúrgica, entendida como celebração do mistério da salvação, tendo como núcleo o mistério de Cristo, mistério pascal. Com efeito, o Ano Litúrgico coloca-se na relação entre o tempo da história da salvação e o tempo da celebração do mistério da salvação. Neste quadro, já se pode colher rapidamente uma primeira dimensão teológica do Ano Litúrgico. Esta dimensão desencoraja uma leitura dos dados da história bíblica que se esgote em um simples olhar para os acontecimentos do passado. Encoraja, sim, um aprofundamento dos mesmos dados da história da salvação constantemente em ato.

Exposta a temática acima, o discurso procede seguindo um método histórico-genético, no sentido de que estuda o Ano Litúrgico assim como nasceu e foi, pouco a pouco, desenvolvido nas diversas partes e elementos que o compõem, e não como o conhecemos em sua estrutura atual. Com efeito, o Ano Litúrgico nasce do núcleo que é o mistério da Páscoa, e se expande depois, pouco a pouco, no curso dos três primeiros séculos.

Após um breve capítulo sobre o calendário litúrgico, daremos uma atenção particular ao domingo, dia do Senhor e Páscoa semanal, como primeira celebração litúrgica que aparece no curso da história. A seguir, estuda-se a

Páscoa anual e os seus desenvolvimentos na liturgia romana. Tudo aquilo que explicamos até o século IV pode-se considerar substancialmente válido para toda a liturgia da Igreja. Com efeito, até aquele momento, não se tinham afirmado ainda as chamadas famílias ou ritos litúrgicos nem existia uma verdadeira distinção entre os ritos orientais e os ritos ocidentais. Ao contrário, a partir do final do século IV concentramo-nos somente na liturgia romana. A seguir, estudamos o ciclo do Natal – Epifania, o Tempo Ordinário, bem como o culto de Maria, dos Anjos e dos Santos e Santas no curso da Celebração anual do Mistério de Cristo. Dado que a história se faz com os documentos, concedemos uma particular atenção às fontes (bíblicas, patrísticas e litúrgicas: *Sacramentários, Ordens, Missais* etc.). Finalmente, encerramos o tratado com um capítulo no qual se traçam as grandes linhas da teologia e da espiritualidade do Ano Litúrgico.<sup>1</sup>

## 1. HISTÓRIA – CELEBRAÇÃO – TEOLOGIA

Entrando plenamente no preâmbulo metodológico,<sup>2</sup> dizemos que a celebração da missa e da *Liturgia das Horas*, de cada dia e de cada festa, realiza-se mediante ritos, leitura, orações que variam durante o ano segundo uma ordem que atualmente é indicada comumente com a expressão “Ano Litúrgico”. Portanto, considerado em si mesmo e em relação com a ação cultural da Igreja, o Ano Litúrgico apresenta-se como a estrutura que sustenta todo o edifício cultural. Estritamente falando, portanto, não se trata de uma ação pontual, mas sim daquilo que sustenta cada celebração. O Ano Litúrgico pode ser concebido como um *lugar-tempo sacramental*. Por esta razão, toda ação litúrgica é, de alguma forma, “colorida” pelo momento do Ano Litúrgico no qual é realizada e participada. Assim, por exemplo, uma celebração eucarística no Tempo Pas-

<sup>1</sup> As principais obras de referência são aquelas nas quais illustrei diversos aspectos do Ano Litúrgico: *Anàmnesis* 6, 9-34, 57-66, 221-259; *La domenica festa primordiale dei cristiani* (Universo Teologia 34), San Paolo, Ciniselo Balsamo 1995; *ScLit* 5, 169-190, 211-245, 356-370; *Avvento Natale Epifania: il tempo della manifestazione del Signore* (Alle Fonti della Liturgia), San Paolo, Ciniselo Balsamo 2002; *Quaresima Pasqua Pentecoste: tempo di rinnovamento nello Spirito* (Alle Fonti della Liturgia), San Paolo, Ciniselo Balsamo 2002.

<sup>2</sup> Para uma primeira aproximação ao estudo do Ano Litúrgico, cf. A. M. Triacca, *Anno liturgico, verso una organica trattazione teologica*, in *Salesianum* 38 (1976) 513-621; G. Cavagnoli, *Rassegna bibliografica sull'Anno Liturgico*, in *RL* 75 (1988) 443-459.

cal possui algo de particular que não se encontra no Tempo Ordinário ou no de Natal, e vice-versa, embora se trate da mesma e única Eucaristia.

Notemos que a quase totalidade das numerosas e recentes publicações sobre o Ano Litúrgico desenvolve o tema apresentando, antes de tudo, o capítulo histórico e analisa sucessivamente os textos litúrgicos e os ritos de cada um dos períodos do Ano Litúrgico. De forma complexiva, o método seguido pelos autores espelha seja a evolução histórica do Ano Litúrgico – indispensável para compreender o objeto preciso da sua celebração –, seja o atual conteúdo doutrinal e espiritual dos diversos períodos e das diversas festas.

As publicações às quais nos referimos, quase unanimemente (não todas), colocam antes do exame analítico, indicado precedentemente, o que parece ser mais oportuno: uma breve síntese sobre a concepção do tempo e da festa conforme a tradição bíblica. Contudo, causa espanto em alguns críticos o fato de que aí seja acrescentado um capítulo sobre a teologia de todo o Ano Litúrgico. Tomando-se, por exemplo, o vol. 6 de *Anamnesis*, percebemos que no início existe uma primeira parte intitulada “Teologia do Ano Litúrgico”, na qual se fala da noção de tempo, o que é o tempo segundo a Bíblia e, em seguida, da centralidade de Cristo no tempo, passando posteriormente para o mistério de Cristo celebrado no tempo do Ano Litúrgico. Os críticos, aludidos acima, interrogam-se como se poderia justificar, sob o aspecto metodológico, tal forma de proceder. Com efeito, a teologia do Ano Litúrgico não é abstrata, mas concreta. Ela se exprime nos textos e nos ritos de cada festa e de cada um dos períodos do Ano Litúrgico. Então, se isto é verdadeiro, somente após uma visão global do Ano Litúrgico em si mesmo, e um estudo particularizado de cada uma de suas partes, enquanto convergência de múltiplos fatores, sob o aspecto teológico, histórico, litúrgico, pastoral e celebrativo, se podem traçar algumas linhas sintéticas sobre a teologia, a espiritualidade e a pastoral do Ano Litúrgico considerado na sua totalidade. Dizendo em palavras mais simples, estes críticos se perguntam como é possível propor uma teologia do Ano Litúrgico antes de estudar sua história e seu conteúdo. Portanto, considerando essas dificuldades colocadas, a exposição deveria começar com a história, pas-

sar posteriormente para os conteúdos das celebrações, para concluir tudo com uma síntese teológica.

Às anotações feitas, podemos responder afirmando que, por um lado, parece correto que o estudo do Ano Litúrgico seja organizado partindo dos dados da história para atingir, em seguida, uma teologia, antepondo-se algumas considerações sobre o tempo na Bíblia e na celebração litúrgica. De outro lado, porém, construir certa teologia do Ano Litúrgico pode-se fazer também propondo uma teologia geral daquilo que é o mistério litúrgico, o qual tem sempre uma referência ao tempo enquanto é celebrado no tempo. Porém, é verdade que na maioria das monografias sobre o Ano Litúrgico que temos à disposição falta um capítulo teológico conclusivo, que retome e reelabore, possivelmente de forma sistemática, os elementos que sobressaem de cada uma das temáticas teológicas que aparecem, vez ou outra, na análise dos diversos períodos do Ano Litúrgico.<sup>3</sup>

## 2. A EXPRESSÃO (E O CONCEITO) “ANO LITÚRGICO”

Temos ainda algumas noções preliminares para esclarecer. Podemos exprimi-las formulando as duas perguntas seguintes: a expressão e/ou o conceito “Ano Litúrgico” é adequada/o? Qual é a estrutura orgânica do Ano Litúrgico, considerando que possua certa estrutura?

A expressão “Ano Litúrgico” é bastante recente. Ela corresponde a uma preocupação de organização conceitual própria dos tempos modernos. Mais ou menos no século XIX, quando vieram à luz as grandes publicações relativas aos Padres da Igreja (como, por exemplo, as que foram editadas pelo Migne), em um momento cultural que dava grande atenção à história. Naquele contexto nasceu a expressão hodierna para exprimir o conjunto das celebrações anuais da Igreja. Os livros oficiais da liturgia romana dos séculos XVI-XVII, isto é, aqueles que saíram da reforma desejada pelo Concílio de Trento, não utilizam jamais um nome específico para indicar o complexo das festas litúrgicas distribuídas no curso do ano. A primeira atestação de um nome específico

<sup>3</sup> Procuramos obviar esta lacuna, de alguma forma, no vol. 5 de *Scientia Liturgica*, 356-370, e, de modo diverso e mais original, nos dois pequenos volumes supracitados, publicados em 2002.

é encontrada na liturgia luterana no contexto alemão. Estamos no final do século XVI, alguns anos após a ruptura com a Igreja Católica. Tal expressão é “Ano da Igreja” ou “Ano eclesiástico” (*Kirchenjahr*), locução utilizada pela primeira vez em 1589 pelo pároco luterano J. Pomarius.<sup>4</sup> Na Alemanha ainda se utiliza esta expressão, mesmo entre os católicos. Ela poderia acentuar a *dimensão eclesial* do Ano Litúrgico.

Na França, no século XVII, apareceu a expressão “Ano cristão” (*L'Année chrétienne*) em uma obra famosa, composta de nove volumes por Nicolas Le-tourneux, conhecido autor por suas tendências jansenistas. Trata-se de uma espécie de comentário do Ano Litúrgico.<sup>5</sup>

Podemos citar ainda Pius Parsch, que publicou em 1923 o seu “Ano da Salvação” (*Das Jahr des Heiles*), título que poderia sublinhar a dimensão salvífica das celebrações anuais da Igreja.<sup>6</sup> Em 1934, Aemiliana Löhr intitulava de “Ano do Senhor” (*Das Jahr des Herrn*) o seu comentário sobre o Ano Litúrgico. Nas edições, o equivalente *Das Herrenjahr*. Esta expressão, retomada em seguida por outros autores, poderia sublinhar a centralidade da Páscoa anual.<sup>7</sup> Encontramos ainda um livro que contém as epístolas e os Evangelhos das festas, publicado em Florença em 1784. O título era “Anno Spirituale” (*L'Année Spirituelle*).<sup>8</sup>

Parece que a expressão “Ano Litúrgico” foi usada, pela primeira vez, no século XIX, por Dom Próspero Guéranger, o conhecido reformador de Solesmes, e ainda o precursor do Movimento Litúrgico. A uma de suas principais obras, em nove volumes, ele intitulou *L'Année liturgique*. Este trabalho foi publicado

<sup>4</sup> Cf. J. Pomarius, *Postille*, Wittenberg 1589. Para ulteriores precisações, cf. B. Kranemann, *Zur Geschichte und Bedeutung des Deutches Begriffes "Kirchenjahr"*, in ALW 33 (1991) 35-42.

<sup>5</sup> O título completo da obra é *L'Année Chrétienne, ou Les Messes des Dimanches, Fêtes et Fêtes de toute l'année, en latin et en français, avec l'Explication des Épîtres et des Évangiles avec un abrégé de la Vie des Saints, dont on fait l'Office*. Os primeiros seis volumes foram publicados antes de 1686. A obra foi colocada no Índice dos Livros Proibidos em 1695.

<sup>6</sup> P. Parsch, *Das Jahr des Heiles*, Volksliturgisches Apostolat, Klosterneuburg 1923.

<sup>7</sup> Aem. Löhr, *Das Herrenjahr. Das Mysterium Christi in Jahreskreis der Kirche*, 2 vol., Friedrich Pustet, Regensburg 1955<sup>6</sup>.

<sup>8</sup> Cf. DTC XII, 2192.



em Le Mans entre 1841 e 1866. A obra, com quinze volumes, foi concluída pelo seu discípulo L. Fromage.<sup>9</sup>

Comparando os dados da história da liturgia com o conceito atual tornado presente pela expressão “Ano Litúrgico”, tem-se a impressão, como dissemos antes, de que tal conceito corresponda a uma vontade de organização racional, típica da época moderna. Ela relaciona-se à tentativa de querer conceber o conjunto das festas cristãs como uma unidade e como um tempo sagrado, contraposto a um tempo cósmico e profano. De algum modo, buscar-se-ia enfatizar um tempo específico e particular. Note-se, contudo, que esta visão não corresponde ao espírito da liturgia. Com efeito, ela não pretende contrapor um tempo sagrado da celebração litúrgica a um tempo profano da visão humana.<sup>10</sup> Eis por que, a fim de evitar uma terminologia de contraposição do tempo litúrgico ao profano ou civil, alguns estudiosos aconselham que não se use a expressão “Ano Litúrgico”. Sugerem que se procure servir de outras expressões, como, por exemplo, “Tempo e liturgia”. Esta expressão, porém, parece mais ambígua, pois aberta a interpretações variadas.

Louis-Marie Chauvet afirma que, para compreender bem o calendário litúrgico, seria necessário começar, paralelamente, esquecendo-o, pelo fato de o Ano Litúrgico correr o risco de ser interpretado como um grande “sociodrama” que apresenta as etapas da vida de Cristo. A sucessão cronológica dos grandes momentos da Páscoa corre o risco de deturpar o seu sentido. A parúsia seria enviada ao “dia de são nunca” e se arrisca a perder o sentido escatológico da liturgia. Em essência, Chauvet convida a “esquecer” o calendário litúrgico para entendê-lo, o que significa apontar o problema da estrutura orgânica que se encontra por trás do Ano Litúrgico.<sup>11</sup>

### 3. A ESTRUTURA ORGÂNICA DO ANO LITÚRGICO

Para evitar que a expressão “Ano Litúrgico” possa criar alguma ambiguidade na compreensão do mistério celebrado por ele, é importante compreender

<sup>9</sup> Em italiano existe uma tradução em 5 volumes, publicada nos anos 1956-1957, por Paulinas. Acentuamos que Guéranger, no Prefácio Geral da sua obra, utiliza também outras expressões: “Ano eclesástico”, “Ano cristão”, “místico Calendário” etc.

<sup>10</sup> Cf. M. Metzger, *Année ou bien cycle liturgique*, in RevSR 67 (1993) 85-96.

<sup>11</sup> Cf. L.-M. Chauvet, *La ritualité chrétienne dans le cercle infernal du symbole*, in LMD, n. 133 (1978) 75-56.

a estrutura orgânica do mesmo Ano Litúrgico.<sup>12</sup> A sua estrutura atual resulta de um processo de ordem teológico-litúrgico-pastoral, realizado progressivamente em um período de tempo relativamente longo no âmbito da experiência celebrativa das diversas Igrejas locais. Ainda que tal estrutura não seja em si um absoluto, contudo, ela deve ser considerada o meio para fazer existir um conteúdo no tempo, em nosso caso, o mistério de Cristo.

Deve-se evitar considerar o Ano Litúrgico como uma série linear de festas e de eventos iniciados em um ponto e concluídos em outro ponto; por exemplo, desde o primeiro domingo de Advento até o último domingo do Tempo Ordinário (Solenidade de Cristo, Rei do Universo). Em tal horizonte, o atual Calendário Romano não coloca propriamente o problema do início e do fim do Ano Litúrgico: as *Normas gerais sobre a liturgia e o calendário*, publicadas em 1969, limitam-se simplesmente a expor os princípios e a estabelecer as regras gerais que dizem respeito aos dias e ao ciclo do Ano Litúrgico.

Certamente, os livros litúrgicos atuais contemplam um início e um fim do Ano Litúrgico, que na atual liturgia romana diz respeito aos dois domingos acima citados. Porém, na sua realidade vivida, o Ano Litúrgico tem uma sua lógica interna que deve ser procurada. As leituras bíblicas do primeiro domingo do Advento falam do final da história, significando que na celebração do ciclo anual entrelaçam-se o início e o final da história da salvação. Portanto, não se deve partir da ideia que afirma ser o Ano Litúrgico uma espécie de calendário escolar, social ou esportivo com o qual se organizam uma série de atividades, partindo de um início para chegar a um fim. Na realidade, a questão é muito mais complexa.

Conforme ilustramos, a concepção do Ano Litúrgico, como um conjunto único, desenvolveu-se lentamente e amadureceu somente no início da Idade Moderna, quando – em ambiente protestante – se falou de “Ano eclesiástico”. Alguns estudiosos notaram que a expressão “*Circulus Anni*” encontrada no título de dois antigos Sacramentários romanos dos séculos VII e VIII, o *Gelasiano Antigo* e o *Gregoriano Adrianeu*, não pressupõem a nossa concepção

<sup>12</sup> Cf. W. Evenepoel, *La délimitation de l' "année liturgique" dans les premiers siècles de la chrétienté. Caput anni liturgici*, in RHE 83 (1988) 601-616.

de “Ano Litúrgico”. Assim, por exemplo, no título *Liber Sacramentorum Romanae Aeclesiae Ordinis Anni Circuli* do GeV, encontra-se somente subjacente a ideia de ciclo no qual cada dia renasce. Porém, onde começa e onde termina este ciclo não é objeto de atenção. A palavra “circulus” não é enfatizada, tanto que não subsiste o critério ligado ao conceito de princípio e fim. Isto já fora explicado, entre outros, por Joseph Pascher, que escreveu um livro muito interessante sobre o Ano Litúrgico, traduzido em várias línguas, e publicado durante a celebração do Vaticano II.<sup>13</sup> É verdade, contudo, que a aparição dos livros litúrgicos, que devem organizar o material de certo modo, conduz paulatinamente à concepção de Ano eclesiástico como ciclo anual. Ele se distingue do ano civil por um início e uma duração próprios. Isto coloca um questionamento que não é somente acadêmico, mas nos leva à certa reflexão acerca do Ano Litúrgico: qual é o início do Ano Litúrgico? Esta pergunta é provocativa, porque, com alguns dados da história, percebemos que aquilo que denominamos Ano Litúrgico foi organizado de diversos modos.

Um *Lecionário Galicano* antigo, por volta do ano 500, testemunha um Ano eclesiástico que começa no dia de Páscoa.<sup>14</sup> Traços de uma semelhante organização ou delimitação do Ano Litúrgico encontram-se em diversos Padres da Igreja. Assim, por exemplo, em Zenão de Verona, em uma série breve de sermões dedicados à Páscoa, e em Agostinho, o qual, comemorando a paixão de Cristo, fala da Semana Santa como “última semana” (*novissima hebdomada*) do ano.<sup>15</sup> O fundamento deste modo de conceber o Ano eclesiástico, tendo seu início na Páscoa, é certamente antigo. A ideia de fundo é que a ressurreição de Cristo constitui um novo início; em particular se encontra muitas vezes a concepção de que Cristo ressuscitou no mesmo dia em que foi criado o mundo. Portanto, a ressurreição do Senhor assinala o início de uma criação “refeita de novo”. Trata-se, com efeito, de uma temática tipicamente batismal.

<sup>13</sup> Cf. J. Pascher, *Das liturgische Jahr*, M. Hueber, München 1963.

<sup>14</sup> Cf. A. Dold (ed.), *Das Älteste Liturgiebuch der lateinischen Kirche. Ein altgallikanisches Lektionar das 5/6 Jhs* (Texte und Arbeiten 26-28), Beron 1936.

<sup>15</sup> “Ibi in ipso psalmo [ps. 22,17], ubi dictum est: ‘Foderunt manus meas et pedes, dinumeraverunt omnia ossa mea’, ubi passio Domini apertissime declaratur; qui psalmus omni anno legitur novissima hebdomada intento universo populo, imminente passione Christi...” (Agostinho, *In Johannis Evangelium Tractatus* 13-14; NBA, CCL 36, 138).

Também Leão Magno, em um de seus sermões sobre a paixão do Senhor, fala da Páscoa como um “*exordium*”, isto é, de um início do mundo, um início no qual o cristão renasce: “... a fim de que, no tempos nos quais se deu origem ao mundo, começasse também a criação cristã”.<sup>16</sup>

Se é verdade que nenhum dos livros litúrgicos, exceto o *Leccionário Galicano*, assinalado antes, apresenta o dia primeiro de março como início do ano, temos, contudo, um certo número de elementos que indicam esta direção. A respeito se pode mencionar a terminologia das *Quatro Têmporas* dos meses de março, junho, setembro e dezembro, que foram introduzidas em Roma como jejuns do 1º, do 4º, do 7º e do 10º mês. O *Sacramentário Gelasiano*, na XX sessão da primeira parte,<sup>17</sup> chama as Têmporas de março de *primeiro mês*, enquanto as de junho, de *quarto mês*, e assim por diante. Se o GeV chama *primeiro mês* ao mês de março, nas Gálias, por volta do final do século V, encontra-se um texto de Sidônio Apolinário no qual o mês de fevereiro é apresentado como “mês duodécimo”, que corresponde ao último mês do ano: “o nosso mês duodécimo que vós chamais mês de Numa”.<sup>18</sup> Segundo alguns autores, este fato corresponderia a alguns acontecimentos da antiga Roma: Rômulo havia dividido o ano em dez meses. Numa Pompílio, sucessor de Rômulo, notando que o ano do seu predecessor não correspondia nem ao ciclo solar nem ao lunar, teria acrescentado dois meses, janeiro e fevereiro.

Com efeito, sabemos que inicialmente, na Antiga Roma, o ano civil começava em primeiro de março. Contudo, em 153 a.C., pela primeira vez, os novos Cônsules tomaram assento no dia 1º de janeiro. A partir daí, da metade do século II a.C., o dia 1º de janeiro já constituía o início oficial do ano em Roma. Contrariamente ao que afirmam alguns autores, como Mario Righetti e outros, o dia 1º de março não foi escolhido como início do Ano Litúrgico

<sup>16</sup> “*Nunc ad praenuntiatum festis omnibus festum sacer novorum mensis enituit, ut in quo accepit mundus exordium, in eodem haberet christiana creatura principium*” (Leão Magno, *Serm.* 47,3; BP 38,226).

<sup>17</sup> A semana das Quatro Têmporas comportava, além do jejum, reuniões litúrgicas de estação na quarta e na sexta-feira, depois na noite entre sábado e domingo. Rapidamente, a estas liturgias de estação, foram acrescentadas as ordenações: os nomes dos candidatos eram proclamados na quarta-feira e eles eram depois apresentados ao povo na sexta-feira. Enfim, eram ordenados na noite do domingo (cf. GeV, n. 140).

<sup>18</sup> “... *quam duodecimum nostrum, quem Numa mensem vos nuncupatis*” (Sidônio Apolinário, *Epistolarum liber* 9,16: PL 58,637).

porque estava em conformidade com o ano civil. Com efeito, como se falou, de longa data este começava no dia 1º de janeiro. O contrário é verdade: dado o fato de 1º de janeiro ser celebrado em Roma de modo exuberante e com toda sorte de práticas pagãs, contra as quais a Igreja agia com certa determinação, foi escolhido deliberadamente um início das celebrações cristãs significativamente diverso. Assim, no dia 1º de janeiro, nas preces *super oblata* e *ad completa* do *Sacramentário GrH*, passadas depois ao *Missal Romano* de 1570, em vigor até a reforma desejada pelo Vaticano II, ainda se encontram vestígios de reparação pelos escândalos das festas pagãs de início de ano.<sup>19</sup>

Não existe dúvida de que, na escolha do mês de março como início do ano, é preciso atribuir uma importância decisiva a quanto prescreve o Antigo Testamento sobre a celebração da Páscoa hebraica: “No dia catorze do primeiro mês, à tarde, vocês comerão pães sem fermento, até a tarde do dia vinte e um desse mês” (Ex 12,18).

Trata-se do primeiro mês do calendário sacerdotal judaico, que era um Calendário lunar com início no mês de Nissan, isto é, pelos meados do nosso mês de março, mês do equinócio da primavera. A este respeito existem uma série de textos cristãos que falam da celebração da Páscoa cristã “no primeiro mês”. Ora, a partir de certo momento, 1º de março não é mais considerado o início do Ano eclesiástico, também porque coincide com a Quaresma; se, no início, o Ano Litúrgico consistia na celebração do domingo e, no século II, acrescentou-se o dia da celebração da Páscoa anual, precedido de dois dias de jejum, consolidar-se-á em seguida a prática dos quarenta dias de preparação da mesma Páscoa, tanto que o primeiro de março se encontrará no interior deste período de preparação. Consequentemente, o início do Ano eclesiástico deslocar-se-á para os domingos da Quaresma, e depois, em seguida, aos domingos da Quinquagésima e Septuagésima. O *Sacramentário de Salzburg*, por volta do ano 800, inicia-se com a celebração do Domingo da Septuagésima.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> “... coelestibus nos munda mysteriis...” (*Super Oblata*, GrH, n. 83); “*Haec nos communio, Domine, purget a crimine...*” (*Ad completa*, GrH, n. 84). Como os pagãos celebravam o início do ano em homenagem a Jano Bifronte com alegria desenfreada, com usos supersticiosos e grande dissolução, a Igreja procurou imunizar os fiéis instituindo liturgias penitenciais e convidando ao jejum.

<sup>20</sup> Cf. K. Gamber, (ed.), *Sakramentartypen. Versuch einer Gruppierung der Handschriften und Fragmente bis zur Jahrtausendwende* (Texte und Arbeiten 49-50), Beuron 1958, 125.

Isto demonstra que a Páscoa é sempre o ponto de referência para dar início às celebrações do Ano Litúrgico.

Finalmente a partir do século VI, até o VIII, impõe-se gradualmente um novo início do Ano eclesiástico: o Natal. Com efeito, em meados do século IV o Natal aparece pela primeira vez no Calendário romano, o *Cronógrafo* de 354. Porém, neste calendário, a ocorrência do Natal era considerada como as festas dos santos. Isto significa que a celebração do nascimento de Jesus está inserida no Santoral, e não no Temporal.

Por volta do ano 400, Agostinho interpreta o Natal como um simples aniversário do nascimento de Jesus. Afirma ele que, enquanto a Páscoa se celebra como evento salvífico (*"in sacramentum celebrari"*), o Natal celebra-se como aniversário (*"in memoria revocari"*).<sup>21</sup> Alguns decênios após, Leão Magno afirmará, ao contrário, que o Natal não é somente aniversário, mas também o início da salvação. O Natal torna presente o ponto de partida daquilo que, no evento da Páscoa, realizou-se na carne de Cristo.<sup>22</sup> Portanto, Leão vê o Natal como um início da Páscoa, tendo como consequência um deslocamento do Ano Litúrgico. Ele começará, então, com a celebração do Natal.

Nos antigos *Sacramentários* romanos, o início do Ano Litúrgico corresponde ao início do período de (Advento-)Natal, de tal forma que o Natal e a Epifania serão considerados parte das celebrações no âmbito do Temporal, e não mais do Santoral. Já no GeV do século VII, encontra-se um importante testemunho a respeito da distinção entre o Temporal e o Santoral, mesmo que neste Sacramentário as *Orationes de Adventu Domini* sejam colocadas após o comum dos Santos, no final do segundo Livro. O que tinha acontecido com o ciclo pascal, segundo certa extensão, acontecerá do mesmo modo com o Natal, quando será considerado como início das celebrações do Tempo Pascal.

Destas reflexões sobre a estrutura orgânica do Ano Litúrgico, emerge claramente dele a presença de uma dinâmica profunda. Ela tem seu ponto de partida na Páscoa do Senhor. Dizendo em outras palavras, a origem e o de-

<sup>21</sup> Cf. Agostinho, *Epistola* 55,2; NBA, PL 33,205.

<sup>22</sup> Cf. Leão Magno, *Sermo* 6,1-2; BP 31, 154 e 156.

envolvimento do Ano Litúrgico se explicam conforme um movimento que, partindo do centro, atinge a periferia.

Notemos que a mentalidade que subsiste a este modo de proceder se contrapõe ao uso de organizar a oração e a até vida cristã. Esta, fundando-se em critérios chamados “devocionais”, parte de temas mensais. O Ano Litúrgico, com efeito, é organizado por meses (o mês de março como mês de São José, ou então o mês de maio como mês mariano, o de junho como mês do Sagrado Coração de Jesus, e assim por diante). Tem-se, como resultado, uma visão diversa do Ano Litúrgico.<sup>23</sup>

Como veremos a seguir, o mês tem apenas relevância na organização do Ano Litúrgico, sobretudo na liturgia romana, do mesmo modo que têm certo peso a semana e também o ano. Com estas considerações, introduzimo-nos em uma temática importante, isto é, a que diz respeito ao Ano Litúrgico e a seu significado.

---

<sup>23</sup> Isto não significa que os pios exercícios que acompanham a celebração destes meses não tenham valor para a vida cristã. Com efeito, como afirma a *Constituição sobre a Sagrada Liturgia* do Vaticano II: “Importa, porém, ordenar essas práticas tendo em conta os tempos litúrgicos, de modo que se harmonizem com a sagrada liturgia, de certo modo derivem dela, e a ela, que por sua natureza é muito superior, conduzam o povo” (SC, n. 13).